

DEDS

EM REVISTA

LIDERANÇAS NEGRAS

▲ **Pensamento das
mulheres negras
brasileiras:
protagonismo e
autonomia**

▲ **Liderança como
inquietaude:
mulheres,
quilombos, lutas
e protagonismos**



CAROLINA MARIA DE JESUS:

NOTAS SOBRE O PENSAMENTO DE UMA INTELLECTUAL

A MARCHA DAS MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS

MARIA CONCEIÇÃO LOPES FONTOURA

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS,
Coordenadora técnica de Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras

O movimento social negro tomou vulto no Brasil na década de 1970, tendo como influências as independências das colônias europeias na África, o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos e a luta contra o regime militar, que estimularam os ativistas negros a buscarem a valorização da população brasileira de descendência africana. Nesse período, cresceram de formas vigorosas as organizações do movimento social identificadas com a luta da população negra buscando o pleno exercício da cidadania. No começo, as entidades do movimento social negro abrangiam mulheres e homens.

Um segundo momento da história recente do movimento social negro acontece a partir da década de 1980, período em que as ideias do movimento feminista se fortalecem no Brasil, envolvendo, inicialmente, mulheres brancas de classe média. Ao mesmo tempo, mulheres negras brasileiras trazem para o cenário do feminismo suas próprias demandas. O movimento social das mulheres negras apontou a necessidade de serem

tratados temas de seu interesse particular, e passaram a se organizar de forma independente.

A despeito dos pontos em comum entre os anseios das mulheres brancas e mulheres negras, as lutas desse segmento adquiriram diferentes perfis em nossa história das diferenças de inserções sociais determinadas pelas origens raciais e étnicas das mulheres brasileiras. O desejo de liberdade desponta como o objetivo comum que engendrou encaminhamentos particulares: para as mulheres brancas a luta contra o jugo patriarcal, para as negras a luta contra o jugo colonial, a escravidão e o racismo que lhe correspondeu (Carneiro, 2004, p. 289).



Em 2003, em João Pessoa, Paraíba, aconteceu o XIII Encontro Nacional Feminista. Nos anais do encontro, Benedita da Silva, então senadora da República pelo Rio de Janeiro, escreve o texto *As Mulheres Negras no Processo de Colonização e sua Reação Durante Este Período*, do qual destaque o fragmento a seguir:



Maria Conceição Lopes Fontoura | Acervo: DEDS

A cara da mulher negra em todo esse processo. A trajetória da mulher afro-brasileira, em especial, me estimula pela busca de um futuro sem desigualdade de gênero e de etnia. Ela chegou ao Brasil como mercadoria pra todo tipo de ação e de diversão: lutou para conservar sua dignidade e para manter o núcleo familiar, dentro de um sistema escravista, machista e excludente ao máximo (SILVA, 2003, p. 19).

Para realizar o enfrentamento às iniquidades de gênero que se conjugam com o racismo e a exploração de classe e para assumir a sua identidade, as mulheres negras precisam enfrentar quotidianamente a invisibilidade que tentam lhes impingir. Atente-se para o que afirma a ativista pelos direitos civis nos Estados Unidos, Ângela Davis, quando participou da I

Jornada Cultural Lélia Gonzalez, em 1997, em São Luís, capital do Maranhão:

Eu sei que, com essa conferência, vocês pretendem abordar a questão da invisibilidade forçada das mulheres negras. O fato de, por um lado, a imagem da mulher negra representar a mãe da cultura brasileira enquanto que, por outro lado, as mulheres negras em geral são social, política e economicamente invisíveis. Como vocês sabem, nos Estados Unidos, as mulheres negras estão lutando há décadas pela erradicação dessa mesma invisibilidade (p. 12).

As diferentes jornadas empreendidas pelas mulheres negras, extraídas do continente africano e espalhadas diasporicamente em várias partes do planeta, dão contornos próprios ao feminismo negro. A história universal registra o sequestro de milhões de

africanas para fomentar o enriquecimento de países europeus e para delinear social e culturalmente as Américas. As mulheres negras escravizadas tiveram papel relevante na formação socioeconômica e cultural do novo mundo.

A expressão Diáspora Africana, ou Diáspora Negra, utilizada nos estudos realizados sobre a escravidão africana, serve para designar a dispersão de povos africanos pelas Américas, fruto do processo de escravização a que foram submetidos. Às mulheres negras da diáspora, desde 25 de julho de 1992, há um dia especial que lhes é dedicado. Essa data foi criada durante a realização do I Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas, na cidade de Santo Domingo, na República Dominicana. Na ocasião, ficou estabelecido que aquele dia indicaria o início internacional da luta e da resistência das mulheres negras. A partir dessa data, a sociedade civil e os diferentes níveis de governo são instados a visibilizar esse dia para dar conta da opressão de gênero, de raça e de classe

social vivida pelas mulheres negras nos diferentes setores da sociedade.

A celebração do dia 25 de julho tem por finalidade a ampliação e o fortalecimento das organizações de mulheres negras e a elaboração de estratégias que levem à construção e à implementação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento ao racismo, ao sexismo, à discriminação racial, ao preconceito e às demais desigualdades presentes na sociedade. A data se reveste de importância e serve para visibilizar o enfrentamento feito às iniquidades por que passam as mulheres negras em diversas partes do mundo.

A participação decisiva das mulheres negras brasileiras na construção das riquezas econômicas e culturais dão ao feminismo vivenciado por mulheres negras outros contornos. A entrada de mulheres negras originárias do continente africano no novo mundo foi para realizar as diferentes atividades existentes à época. As mulheres negras das Américas possuem em comum a história de terem sido

herdeiras de milhões de mulheres que foram, durante séculos, submetidas ao processo de escravização. Tomando-se como exemplo o Brasil, durante boa parte de sua história, mulheres africanas e suas descendentes nascidas no país viveram sob o regime de escravização. Período longo em que eram tidas como objetos, sendo compradas, vendidas, trocadas, além de serem vítimas de toda sorte de violências e abusos. Vale retratar o pensamento de Gonzalez (1982), conforme quadro ao lado:



E a mulher negra, qual a sua situação enquanto escrava? Em termos populacionais, sabe-se que o elemento masculino, sobretudo na região das minas, foi predominante entre a escravaria. Entretanto, o sistema não suavizou o trabalho dessa mulher. Encontramo-la também nas duas categorias [...]: a trabalhadora do eito e a mucama. E o que percebemos é que, em ambas as situações, coube-lhe a tarefa de doação de força moral para seu homem, seus filhos ou seus irmãos de cativoiro. É certo que existiram exceções que, apenas confirmam a regra (p. 92).

O período da história brasileira, que inicia com o fim formal do regime de escravidão, e que remonta a cento e vinte e seis anos, representa pouco tempo para que sejam consagradas todas as mudanças necessárias para a real valorização das mulheres negras. Há no país manifestas situações indicando ainda a presença de resíduos concretos do longo período escravista e que parecem não dar mostras efetivas de mudança.

Mesmo que a sociedade brasileira ainda não ofereça às mulheres negras toda a consideração que merecem, é impossível admitir a existência do país sem essas mulheres. É enorme a dívida contraída pelo Brasil com suas construtoras históricas. Tome-se como exemplo vívido a dificuldade que o Congresso Nacional tem demonstrado para a aprovação da PEC do Trabalho Doméstico, considerando que a maioria de integrantes dessa categoria é composta por mulheres negras. O exercício do trabalho doméstico é uma decorrência das tarefas realizadas pelas mulheres escravizadas, sendo, portanto, um dos trabalhos mais antigos em execução no país.

Estudos oficiais de órgãos como o IBGE, IPEA, PNAD e OIT explicam que o maior contingente de mulheres negras estão distribuídas em duas categorias: no trabalho informal e no trabalho doméstico. O emprego doméstico no Brasil [...] pode ser visualizado como um indicador para demonstrar o nível de segregação vertical e horizontal no que diz respeito à desigualdade de gênero e de raça no mundo do trabalho.

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho – OIT, 90% dos empregos domésticos são ocupados por mulheres, deste percentual mais de 82,5% são mulheres negras. Mesmo levando em conta a redução deste tipo de trabalho, e a maior incorporação das mulheres no mundo do trabalho

em inúmeras funções, a maior oportunidade de qualificação, o índice de escolarização, as mulheres negras encontram um alto índice de dificuldades – barreiras para acessarem melhores profissões e postos sociais e economicamente mais valorizados (Mulheres Negras e o Trabalho Doméstico, 2012, p. 20).

Os enfrentamentos feitos pelas mulheres negras têm apontado para a agudização da violência contra as mulheres negras. O estudo do feminismo proposto e vivenciado pelas mulheres negras serve para dar visibilidade às diferentes formas de violência que ainda recaem sobre as mulheres negras brasileiras. Mireya Suárez (1998), no artigo *Autenticidade de Gênero e Cor*, aborda o tema do estupro da seguinte forma:

A ideia de que as mulheres – de qualquer cor – são estupradas porque são desejadas sexualmente é, desafortunadamente, bastante compartilhada. Fundamentados nessa ideia, muitos poderiam pensar que as mulheres brancas são estupradas com maior frequência porque são mais desejáveis do que as negras. Porém a explicação, na sua totalidade, não se sustenta perante as evidências de que o femicídio tanto quanto o estupro são crimes motivados pela aversão mórbida contra as mulheres em vez da procura por uma experiência sexual e, muito menos, estética [...] A chamada violência sexual tem, em realidade, o mínimo imaginável de sexualidade e o máximo possível de violência ou, mais precisamente de agressividade (p. 107-108).

Ela desvela que, ao contrário do que o senso comum aponta, a violência sexual é marcada sobremaneira pela agressividade física contra a mulher negra. Vale atentar para a referência feita pela autora sobre a beleza. Os signos que identificam a beleza ou estética apropriadas se referem às mulheres não-negras. Sobre o corpo negro, como refere a letra da música: “[...] a carne mais barata do mercado é a carne negra [...]”¹, é que recai o estereótipo da coisificação, como acontecia no período escravista, remetendo aos quadros de maior violência sexual.

A dimensão educativa da Marcha das Mulheres Negras Brasileiras

A Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver! foi oficializada durante a realização da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR), promovida pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), ocorrida

em novembro de 2013. A ideia proposta pela Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) tomou vulto durante o evento, tendo seu lançamento ocorrido no dia 7 de novembro de 2013, data de encerramento da Conferência. Fazem parte da Coordenação Geral da Marcha representantes das seguintes organizações: Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB); Fórum de Mulheres Negras Brasileiras; Agentes de Pastoral Negr@s (APNs); Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas (CONAQ); Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN); Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD); Movimento Negro Unificado (MNU).

A Marcha ocorreu em Brasília, em 18 de novembro de 2015, com a finalidade de tornar visível toda a dimensão da vida das mulheres negras brasileiras e de denunciar o racismo e a violência existentes na sociedade, que obstaculizam o pleno exercício de seus direitos sociais e políticos.

¹ Música de autoria de Seu Jorge, Marcelo Yuca e Wilson Capelleti.



Reafirmamos a importância de enfrentar a situação de desfavorecimento em que se encontram milhões de mulheres negras brasileiras, face à persistência do pensamento machista, colonial e patriarcal instalado em nosso país. A contínua resistência e organização das mulheres negras ao longo das últimas décadas indica o caminho a seguir. A Marcha das Mulheres Negras 2015 Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver! teve como um dos objetivos o diálogo com o máximo possível de mulheres negras, sobretudo aquelas que, até aqui, por força da necessidade de responder pelo sustento da família, trabalham horas a fio, não conseguindo tempo para se reunir com outras mulheres para discutir a sua situação de opressão. Atingimos o maior número possível de mulheres, e fomos aos mais profundos confins desse país para levantar as suas demandas. Foi fundamental a participação de todas para que os documentos elaborados contemplassem a diversidade das opiniões, questões e problemas que atingem as mulheres negras.

A Marcha buscou também recuperar e valorizar a trajetória de protagonismo de milhões de mulheres negras anônimas que, de forma silenciosa, contínua e participante, foram e são responsáveis pela manutenção e sustento dos núcleos familiares, considerando que, em muitos casos, a família negra tem a forma alargada, indo além do tripé tradicional - pai, mãe e filho. Muitas vezes nesse tipo de família inexistente a figura do homem negro mantenedor. Segundo documento da Marcha das Mulheres Negras:

Somos 49 milhões de mulheres negras, isto é, 25% da população brasileira. Vivenciamos a face mais perversa do racismo e do sexismo por sermos negras e mulheres. No decorrer diário de nossas vidas, a forjada superioridade do componente racial branco, do patriarcado e do sexismo, que fundamenta e dinamiza um sistema de opressões que impõe, a cada mulher negra, a luta pela própria sobrevivência e de sua comunidade. Enfrentamos todas as injustiças e negações de nossa existência, enquanto reivindicamos inclusão

a cada momento em que a nossa exclusão ganha novas formas².

Finalizo reforçando as ideias-força presentes no documento de lançamento da Marcha das Mulheres Negras 2015 Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver!, conforme segue:

A despeito da nossa contribuição, somos alvo de discriminações de toda ordem, as quais não nos permitem, por gerações e gerações de mulheres negras, desfrutarmos daquilo que produzimos. Fomos e continuamos sendo a base para o desenvolvimento econômico e político do Brasil sem que a distribuição dos ativos do nosso trabalho seja revertida para o nosso próprio benefício. Consideramos que, mesmo diante de um quadro de mobilidade social pela via do consumo, percebido nos últimos anos, as estruturas de desigualdade de raça e de gênero mantêm-se por meio da concentração de poder racial, patriarcal e sexista, alijando a nós, mulheres negras, das possibilidades de desenvolvimento e disputa de espaços como deveria ser a máxima de uma sociedade justa, democrática e solidária.

REFERÊNCIAS

ANAIS XIII ENCONTRO NACIONAL FEMINISTA. **O feminismo nos 500 anos de dominação**: resistência, conquistas, perspectivas. João Pessoa, Paraíba, 2003.

ARTICULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS. **Mulheres negras e o trabalho doméstico no Brasil**. Porto Alegre, 2012.

CARNEIRO, Sueli. A mulher negra na sociedade brasileira: o papel do movimento feminista na luta antirracista. In: MUNANGA, Kabengele. (Org.). **História do negro no Brasil**. O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004.

Comitê Impulsor da Marcha das Mulheres Negras 2015 Contra o Racismo a Violência e Pelo Bem Viver. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=Comite+impulsor+da+Marcha+das+Mulheres+Negras+2015&ie=utf-8&oe=utf-8&aq=t&rls=org.mozilla:pt-BR:official&client=firefox->

[a&channel=sb&gfe_rd=cr&ei=QJrcU7LAlc3Y8gfyZDYDA](http://www.a&channel=sb&gfe_rd=cr&ei=QJrcU7LAlc3Y8gfyZDYDA). Acesso em: 01 ago. 2014.

DAVIS, Ângela. Revelando as forças ocultas. In: **Revista Palmares**. Brasília, Ministério da Cultura, n. 3, 2000.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora; Ed. UFJF, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro no Brasil**: ausências, emergências e a produção dos saberes. Dossiê. Política e Sociedade. Volume 10, n. 18, abril 2011.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. (Uma abordagem político-econômica). In: LUZ, Madel T. (Org.). **O lugar da mulher**: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

MOLINA, Helder. Racismo e exclusão negra contemporânea tem origem na escravidão colonial. Disponível em: <http://www.sintetufu.org/2012/antiracismo.php?id=10>. Acesso em: 01 ago. 2014.

SUÁREZ, Mireya. Autenticidade de gênero e cor. In: **A cor do medo**: homicídios e relações raciais no Brasil. Brasília: Editora UnB; Goiânia: Editora da UFG, 1998.

² <http://www.marchadasmulheresnegras.com/#/manifesto/c/1511>